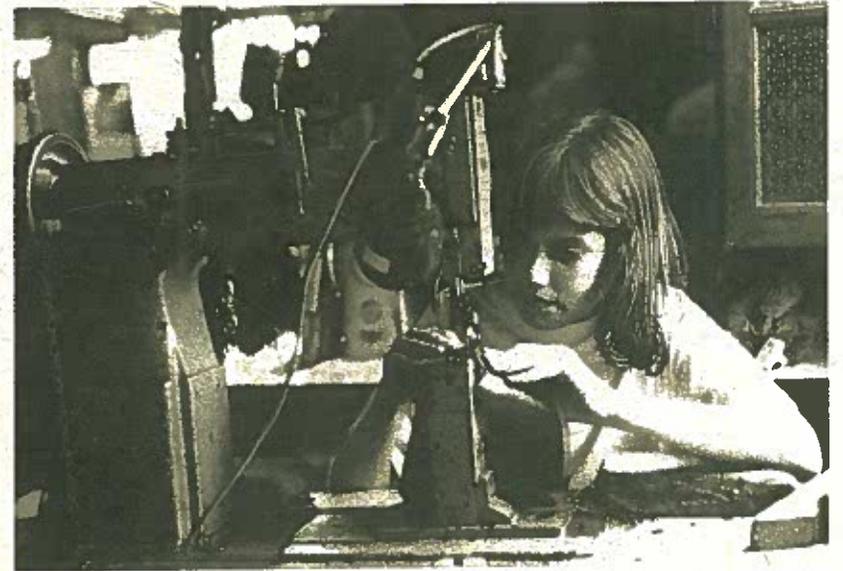


ESCOLA E TRABALHO NA INFÂNCIA



ESCOLA E TRABALHO NA INFÂNCIA

ÍNDICE:

INTRODUÇÃO	5
TRABALHO INFANTIL - Uma Vergonha Nacional	7
<i>Adão Mendes</i>	
TRABALHO INFANTIL NA ÓPTICA EMPRESARIAL	9
<i>Agostinho Saraiva Gonçalves</i>	
CRESCER SIMPLEMENTE	11
<i>Prof. Ana Maria Lopes</i>	
O TRABALHO INFANTIL VISTO POR UM PROFESSOR	13
<i>Dr. Fernando Bessa Ribeiro</i>	
DA FUGA À ESCOLARIDADE AO TRABALHO INFANTIL	15
<i>Dr. Joaquim António dos Santos Simões</i>	
A ESCOLA E A FUGA À ESCOLARIDADE	17
<i>Prof. Luís Filipe Ferreira Mourão</i>	
TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM IDADE ESCOLAR	21
<i>Padre Luís Manuel Peixoto Fernandes</i>	
O TRABALHO, A LEI E OS HOMENS	23
<i>Dr. Manuel Nunes de Sá</i>	
O TRABALHO, A ESCOLA E A VIDA	27
<i>Dr. Manuel Reis</i>	
VARIAÇÕES A 4 MÃOS SOBRE DOIS TEMAS	33
<i>Prof. Maria José T. R. Marques Silva e Castro</i> <i>Prof. Ana Maria da Silva Macedo Moreira</i>	
UMA ESCOLA PARA AS CRIANÇAS TRABALHADORAS	37
<i>Dra. Maria Teresa Jacinto Sarmento Pereira</i>	

Edição: Projecto Educação para o Desenvolvimento
Programa de Luta Contra a Fuga à Escolaridade e Trabalho de Menores
S. Torcato - Guimarães

Execução Gráfica: TIG - Tipografia de Guimarães, Lda.
Parque Industrial - S. João de Ponte
4800 Guimarães

N.º de Exemplares: 1000

JUNHO 1994

INTRODUÇÃO

O Projecto Educação para o Desenvolvimento (ED.DES) aceitou o desafio do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) para a mobilização da comunidade em geral e dos seus protagonistas mais dinâmicos e responsáveis no sentido de combater, de forma activa e consequente, a fuga à escolaridade e o ingresso precoce no mundo do trabalho.

Hoje, já ninguém tem dúvidas: O absentismo escolar caminha de mãos dadas com o trabalho infantil. A campanha “Tempo para Crescer”, promovida pelo IDICT, aceita este pressuposto. O Projecto ED.DES sempre o considerou e o seu programa “Ir à Escola é Bom” constituiu um espaço de reflexão sobre esta temática e o enquadramento favorável à investigação e experimentação de propostas inovadoras.

O binómio escola-trabalho não esgota, mesmo nas suas fronteiras mais diluídas, a complexidade desta temática. Ele assume, no entanto, um papel central e pode constituir, no actual contexto, o mais consistente e problematizador ponto de partida para uma acção que se quer criativa, determinada e concertada.

Assim o entende o IDICT e foi nesta base que o nosso “Ir à Escola é Bom” integrou o “Tempo para Crescer”. A cedência de novos materiais e recursos financeiros, a criação de um ambiente favorável à reflexão séria e à troca de experiências, potenciadora de novos caminhos, permitiram-nos ganhar um fôlego renovado, reformulando estratégias, enriquecendo e estimulando o envolvimento de toda a comunidade escolar, autarcas e dirigentes associativos. Este novo ciclo de realizações culmina, agora, com a publicação de um conjunto de textos escritos, repositório de outras tantas reflexões que percorrem as diversas facetas da problemática do trabalho infantil.

Escapar ao efémero, mesmo que vistoso, sem, contudo, menosprezar a visibilidade das acções, foi uma preocupação subjacente a todas as propostas que apresentamos ao IDICT. Tentamos ser coerentes e julgamos tê-lo conseguido. Esta edição “O Trabalho e a Infância” pode ser vista como o paradigma do trabalho realizado. Mais de que um ponto de chegada, pretende-se que ela seja potenciadora de novos percursos, uma porta aberta para o aprofundamento do debate e da reflexão.

A temática do trabalho infantil não pode ser entendida como uma especialidade do discurso político-social, susceptível de justificar e alimentar uma elite esclarecida, usada até à exaustão num manancial inesgotável de encontros, seminários e realizações de natureza similar.

Ao invés, ela tem de interessar a um número crescente de pessoas, sensíveis e preocupadas com a dimensão do problema, disponíveis para a participação cívica e política e empenhadas na sua resolução.

TRABALHO INFANTIL

Uma Vergonha Nacional

Denúncia

Estavamos a entrar no ano de 1980 e um fenómeno começa a chocar centenas de cidadãos. Pelos nossos olhos passam centenas de crianças a caminho do "trabalho", a entrarem nas empresas, nos estaleiros da C. Civil... algo não está bem.

A União dos Sindicatos de Braga dá o grito de alerta, chama a atenção da sociedade e dos governantes; estes não ligam nenhuma.

Os patrões (e não os empresários) aproveitam-se cada vez mais das crianças, exploram-nas em condições de total ilegalidade e oferecem resistência física, insultos e provocações a todos os que denunciam esta vergonha.

A U. S. de Braga começa uma "cruzada" contra este crime, com a recolha de depoimentos, fotografias e filmes.

Em 1982 é entregue na IGT um dossier com a identificação de 140 "empresas" que exploram crianças.

São realizados seminários, encontros, conferências de imprensa, etc., até que várias cadeias de televisão nacionais e internacionais levam as imagens à casa de cada um e a batalha da denúncia começa a ser ganha.

Em 1988 o Ministro do Emprego, Silva Peneda, vem ao Sameiro e reconhece publicamente a existência de cerca de 15 mil crianças a trabalhar.

A máscara do governo caiu e é impossível negar o que é por demais evidente.

Locais e consequências

Podemos dizer com segurança que é na zona da bacia do Ave que o flagelo mais se acentua, na indústria textil, vestuário e calçado, mas também nas zonas da cerâmica em Barcelos e na C. Civil, um pouco por todo o lado.

Todavia casos mais graves vão acontecendo. Em Guimarães, morre uma criança de 14 anos esmagada com um empilhador; em Gandarela de Basto morre uma criança de 12 anos electrocutada quando trabalhava; em Barcelos morre um jovem de 15 anos esmagado por um tear; em Braga um jovem de 15 anos morre esmagado por um empilhador que conduzia.

Várias crianças são vítimas de acidentes no local de trabalho, ficam sem pernas, braços, dedos e outros problemas físicos.

Milhares de crianças ficam sem escola, são proibidas de serem crianças, de brincar, de serem felizes...

A realidade

O trabalho infantil é hoje uma realidade que a todos devia envergonhar, porque é, de facto, uma vergonha nacional.

É inadmissível, censurável e têm de ser denunciados, combatidos, todos os casos de homens

sem escrúpulos, chamados "patrões" que se aproveitam da "disponibilidade" das crianças para as explorar e assim enriquecer ilegalmente, hipotecando o futuro de milhares de crianças. Uma criança que trabalha não se desenvolve física e intelectualmente e será um "marginal" da sociedade, com traumas e consequências imprevisíveis.

A sociedade e o país serão os grandes sacrificados, porque um país com crianças a trabalhar está a hipotecar o seu futuro.

- **Que homens serão amanhã?**

- **Como ajudarão o desenvolvimento do País?**

- **Que contributos profissionais e intelectuais darão ao País?**

- **Como será o futuro do País com um "exército" de analfabetos e homens sem profissão e formação?**

As obrigações do poder político e da Europa Comunitária

- **Compete aos governos** criar e garantir as condições para que as famílias tenham rendimentos salariais justos e dignos para que os filhos possam estudar e formar-se profissionalmente;

- **Compete aos governos** criar e garantir as condições para que as crianças concluam os seus estudos, quer apoiando-as socialmente e materialmente para que nenhuma deixe de estudar por dificuldades financeiras da família;

- **Compete aos governos** garantir ensino livre e gratuito a todos (Constituição da República). Em simultâneo, concerteza que as autarquias e outras entidades devem estar atentas a todos os casos e solicitar a intervenção das diversas organizações quando necessárias (Segurança Social, Escola, Ministérios da Educação, Emprego,...).

Também as escolas têm um papel importante na detecção da "fuga" à escola, procurando saber os porquês de tal acontecer, e devem fazer tudo o que for necessário para as "recuperar" para a escola, ou no imediato para qualquer actividade pré-profissional que as vá inserindo novamente no gosto pela escola e pelo estudo.

A **europa Comunitária** ainda tem países e cidadãos de primeira, de segunda e talvez de terceira, concerteza que a Europa que nos querem "impingir" ou aquela com que sonhamos está, assim, cada vez mais longínqua.

Uma **Europa Comunitária** exige desenvolvimento, competição, capacidade e empenho, mas deve gerar ao mesmo tempo, solidariedade, coesão e justiça social.

É pena que os nossos governantes não estejam a pensar assim, e por isso vamos todos pagar um dia esta factura.

A defesa das crianças e dos jovens exige políticas que garantam as condições para que todos os jovens estudem e se formem profissionalmente, que garantam as condições para que todos os jovens estudem e se formem profissionalmente, que garantam às famílias emprego e condições financeiras (salários) para que os filhos estudem e não sejam, como acontece, obrigados a ir trabalhar para ajudar os pais.

Exige-se um País mais solidário e justo para que as crianças cresçam livres e felizes.

Adão Mendes

Coordenador da União dos Sindicatos de Braga

TRABALHO INFANTIL NA ÓPTICA EMPRESARIAL

Últimamente muito e, felizmente, se tem vindo a analisar a problemática da exploração de trabalho infantil em Portugal.

Dada a quantidade de empresas de confecção e calçado existentes no Vale do Ave e o aumento dos índices de desemprego que se têm vindo a registar, é esta uma das regiões mais visadas pelas análises e notícias dos "media" nacionais e internacionais.

Como empresário e cidadão não posso, de forma alguma, veementemente condenar quem, sem escrúpulos, recorre a tal prática.

Razões para tal posição entroncam não só em aspectos de ordem moral e social, mas também em razões de natureza económica.

No aspecto moral, entendo que a sujeição de crianças a trabalhos eventualmente pesados não só física como psicologicamente, impede a atrofiação do seu normal e sadio crescimento, numa fase essencial da sua vida.

No aspecto social, penso que a escolaridade obrigatória é uma necessidade premente, em ordem a preparar e canalizar os jovens a frequentar cursos de formação profissional, de molde a mais facilmente enfrentarem o hiper-concorrencial mercado de trabalho.

No campo puramente economicista, não posso deixar de denunciar alguns empresários sem escrúpulos, que recorrem à mão de obra infantil que, por extraordinariamente barata, distorce todas as regras do mercado e da concorrência leal.

Assistimos, ultimamente, a algumas reportagens televisivas onde focavam o trabalho de crianças, em casa, em partes de calçado.

Tem a indústria de calçado vindo a recorrer, sazonalmente, a trabalho domiciliário. Tal prática está perfeitamente regulamentada por vários diplomas legais, não constituindo, por isso, e apenas enquanto trabalho domiciliário, qualquer infracção às leis vigentes.

Não podem, contudo, os empresários que negociam um certo valor pelos serviços prestados, interferir na estrutura familiar, ou sequer controlar se tal trabalho é totalmente realizado por adultos.

Trata-se de um problema de educação e mentalização do agregado familiar, que não compete aos empresários resolver, mas tão só e apenas aos organismos estatais. Esta prática choca-nos tanto quanto o facto de sabermos que crianças trabalham na construção civil, cuidam dos trabalhos do campo juntamente com os seus familiares adultos, etc. etc...

Como síntese, e para travar o crescente aumento da mão de obra infantil, penso ser necessária uma maior fiscalização nas empresas, com multas mais pesadas para os infractores.

É imperiosa, também, uma campanha de sensibilização junto do agregado familiar e porque não um empenhamento do governo na resolução do problema, concedendo, por exemplo, um subsídio às famílias que provem ser necessitadas, dos jovens enquanto estudantes?

É um problema grave que urge resolver com o empenhamento de todos.

A. Saraiva Gonçalves

(Empresário e Director da Associação dos Industriais de Calçado)

CRESCER SIMPLEMENTE

“ O trabalho do menino é pouco, mas quem o perde é louco” - diz a velha sabedoria popular, neste caso nitidamente exploradora do trabalho infantil, mas sempre prática ao longo dos tempos.

Há também a fórmula antiga “trabalho, escola de virtudes”, “Preguiça, mãe de todos os vícios”. Estes aforismo têm para mim interesse por reflectirem o senso comum de uma determinada sociedade, num determinado tempo. Trata-se aqui de uma sociedade rural de apertada, economia doméstica, onde todos contribuem para o pecúlio comum, trabalhando de sol a sol desde que se nasce até que se morre.

Neste tipo de sociedade não havia tempo para ser menino, nem descanso para a velhice. A todos cabia uma tarefa, geralmente bem distribuída de acordo com as capacidades de cada elemento, mas sempre bastante dura para os mais novos, porque se entendia que “puxando” por eles, os ajudava a crescer e a “fazer-se homens”.

Este “fazer-se homens” era o duro calvário que os meninos tinham de subir, sobrando-lhes muito pouco tempo para serem simples e naturalmente crianças, com as travessuras próprias da idade, os sonhos que vão preparando o futuro.

Estes meninos criados no trabalho duro não tinham nas suas vidas espaço para o sonho. Passamos desta sociedade rural para uma sociedade que se diz moderna, avançada, de economia de mercado e outras designações idênticas, mas, por paradoxal que pareça, conservam-se esses conceitos retrógrados sobre o trabalho e a vida.

Assim, a passagem de um tipo de sociedade mais atrasada para uma mais avançada não trouxe as mudanças qualitativas que seria desejável e até imprescindível que se efectuassem.

Neste sociedade avançada quase em pleno século XXI, em que o trabalho é feito por máquinas que vieram substituir o homem, dir-se-ia que às crianças estaria destinado mais tempo para a preparação escolar, teórica e técnica necessária aos futuros adultos que terão de trabalhar com essa tecnologia moderna.

Esta sociedade teria obrigação de proporcionar mais tempos livres para usufruir com deleite as belezas que a Natureza, a vida, a sabedoria, e arte proporcionam ao Homem.

Esta sociedade deveria proporcionar aos jovens tempo para a sua formação e estruturas escolares apropriadas para essa aprendizagem se fazer de acordo com os objectivos previamente definidos e que, no caso português, apontam para a formação de cidadãos responsáveis e livres, aptos a ingressar na vida apetrechados para a viver com plenitude.

Não é a isto que assistimos, infelizmente. Numa época difícil como a que vivemos, numa sociedade só aparentemente avançada, às crianças e aos jovens são cometidas tarefas superiores às suas capacidades, mibidoras do seu crescimento harmonioso, castradoras das suas legítimas esperanças, amortecedoras de todos os sonhos. Desde muito cedo as crianças trabalham para com o seu magro salário ajudarem à débil economia doméstica, onde cada vez

mais o desemprego alastra assustadoramente.

Muito desse trabalho é executado em casa, na clandestinidade, no encobrimento feito pela própria família, que necessitando desse pequeno salário, esconde que as crianças trabalham. Essas crianças chegam-nos à escola, cansadas, incapazes de aprender o que seria natural aprenderem com alegria e satisfação. Passaram horas a coser calçado, a rematar roupa, a cuidar das tarefas domésticas para libertar os pais para outros “biscates”.

Esta “chaga” do trabalho feito no silêncio das próprias casas é poucas vezes apontada, mas é uma realidade que é preciso ter em conta e denunciar.

Uma rapariguinha de 8 ou 9 anos não pode ser responsabilizada por todas as tarefas domésticas de uma família inteira: cozinhar, lavar, arrumar, etc.

É tanto ou mais violento do que ir com 13 anos para uma fábrica de sapatos ou de confecções. Estas crianças obrigadas a crescer à força, nunca serão verdadeiramente adultos, porque não tiveram tempo para crescer, para se desenvolver com naturalidade, para ir adquirindo a sabedoria própria de cada etapa, para percorrer a espiral da vida com o lançamento suave dessa linha ascendente em que se vão “tomando novas qualidades”.

Serão fatalmente “adultos de aviário” impreparados para os embates, desestruturados emocionalmente, frágeis psicologicamente e futuros “falhados”. É uma geração que está a formar-se sobre um terreno movediço e árido onde não é possível criar raízes que são sempre as que buscam o alimento e o trazem à planta para que esta se sustente, cresça e se reproduza. Hoje, com o agravamento da crise económica, põe-se outro problema: o dos jovens vádios e marginais, lançados da escola para um mundo medonho onde já nem sequer há trabalho para os menores.

Diz-se que diminuiu o trabalho infantil, sem se dizer que já não há trabalho para as crianças. Até aqui, empregavam-se as crianças para se lhes aproveitar o trabalho por uns tostões e agora não se empregam sequer porque não há trabalho para elas.

Ficam em casa os pais desempregados e os filhos, mesmo os já saídos da escolaridade obrigatória.

Pululam e deambulam desocupados, entregues a si próprios, vítimas indefesas de agressões e violências de toda a ordem que as espreitam a cada esquina da cidade.

Há anos atrás os pais eram aliciados a empregar as crianças mal saídas da escola e quantas vezes nos punham o dilema “tenho trabalho para ele, daqui por um mês ou dois, não sei; ele vai faltar, Sra. professora, para assegurar o trabalho, eu não o quero vadio” e nós nem sabíamos bem o que fazer, embora pedagogicamente explicássemos a necessidade da frequência escolar, Agora vêmo-los sair da escola e cair na marginalidade.

Que sociedade é esta que não é capaz de proporcionar às crianças e aos jovens as condições necessárias para simplesmente “crescer”?

Ana Maria Lopes

Directora da Escola da Silveira

O TRABALHO INFANTIL VISTO POR UM PROFESSOR

Comecei a trabalhar no ensino no ano lectivo de 1990/91. A primeira escola em que exerci uma actividade docente localizava-se numa região litoral e urbana. Nos anos lectivos de 1991/92 e 1992/93 fui professor em Mondim de Basto, região que possui uma economia predominantemente agrícola. No presente ano lectivo sou professor no concelho de Guimarães, numa freguesia em que coexistem a agricultura e a industria (textil e calçado).

Numa perspectiva rigorosamente pessoal e apoiada pela minha experiência, considero que o trabalho infantil - tipo e incidência - varia em função da economia. No meio urbano litoral, o trabalho infantil tem um impacto social reduzido, não afectando o desempenho dos alunos e não concorre para o abandono precoce da escola por parte dos alunos. Trata-se de um meio, em que o desempenho eficaz na sociedade - nomeadamente no trabalho - exige formação escolar alargada, normalmente superior a nove anos da escolaridade.

A situação é muito diferente nas zonas de Mondim de Basto e de Guimarães. Em ambas as regiões uma percentagem muito significativa da população escolar trabalha:

- na agricultura (Mondim de Basto);
- na agricultura e na industria (Guimarães).

Os trabalhos agrícolas são realizados nas propriedades que são cultivadas pela família a que cada criança pertence, compreendendo as tarefas agrícolas e as actividades relacionadas com o gado (alimentação, ordenha, limpeza dos estábulos, etc.). São actividades não remuneradas, que representam um contributo muito importante para o nível de vida da família. As tarefas, que ocupam mais de 20/25 horas por semana, são realizadas fora do horário escolar, antes e após as aulas e ao fim-de-semana.

As crianças que trabalham na industria executam tarefas repetitivas e monótonas, de reduzida complexidade e de grande desgaste físico e psicológico. Em muitos casos as empresas não respeitam os princípios básicos da higiene e segurança do trabalho, expondo as crianças a elevados riscos de acidente e de saúde. Um caso aconteceu no presente ano lectivo com uma aluna do curso de 2º ciclo do ensino recorrente, operária numa fábrica de calçado, que chegava às minhas aulas sempre com as mãos completamente manchadas de tinta. Questionada sobre o assunto afirmou que os patrões não lhe forneciam equipamento de protecção nem a sensibilizavam a usá-lo. O problema só foi solucionado quando decidi comprar-lhe luvas de protecção.

O trabalho na fábrica ocupa mais de 45 horas por semana, concorrendo com a escola. É um trabalho mal remunerado, com salários normalmente inferiores ao salário mínimo nacional. Como não têm idade legal para trabalhar, as crianças não possuem segurança social nem seguro de acidentes de trabalho, pelo que qualquer acidente, para além das gravíssimas consequências para a criança - físicas, psicológicas e materiais - constitui um encargo para todos os contribuintes que cumprem com as suas obrigações fiscais.

Quais as causas da existência do trabalho infantil em Portugal. As explicações baseadas nos aspectos ditos culturais, relacionados com a tradição e hábitos ancestrais são insuficientes. As causas explicativas temos de as procurar na infraestrutura e na estrutura. Todas as sociedades

têm de satisfazer as necessidades de produção e encontrar soluções para o problema da reprodução. Ambas - produção e reprodução - são inseparáveis do tipo de estrutura - economia doméstica e política - existente na sociedade, influenciando-se mutuamente. No caso da reprodução, tal como sucede com a produção, ela possui custos - trabalho perdido pelas mães durante a gravidez e período pós-parto, despesas com a criança - e benefícios - contribuição das crianças para a produção alimentar e para o rendimento familiar.

O trabalho infantil existe em todas as sociedades cujo modo de produção é a agricultura. Nas sociedades agrícolas contemporâneas (por exemplo, Java) os rapazes de 12-14 anos contribuem com trinta e três horas de trabalho por semana e as raparigas de 9-11 anos com trinta e oito horas. O mesmo se pode observar no Bangladesh e no Nepal.

Já na maioria das sociedades industriais, o trabalho infantil tem uma menor incidência, porque os empregos são, em regra, mais complexos, exigindo uma maior formação escolar, os estados possuem leis contra o trabalho infantil e a educação é compulsiva (obrigatória). Infelizmente, em Portugal, o Estado evidencia uma debilidade dramática. As leis existem, mas não são aplicadas nem cumpridas, pelo que os custos com as crianças continuam a ser muito inferior aos benefícios.

Por outras palavras, as despesas com alimentação, roupas, habitação, saúde e educação das crianças são inferiores aos benefícios fornecidos pelas crianças para o orçamento familiar, sob a forma de trabalho.

As acções de sensibilização, a participação da escola e dos professores na luta contra o trabalho infantil é positiva, importante, mas não é suficiente. É necessário que o Estado aplique rigorosamente a legislação existente e penalize os empregadores que a violam. É ainda necessário apoiar financeiramente as famílias mais carenciadas, através de incentivos à permanência dos filhos na escola.

É necessário desenvolver a economia, melhorar a educação, sobretudo a das mulheres, criar novas possibilidades de emprego, de modo a que os custos com as crianças se sobreponham aos benefícios. O desenvolvimento da economia não é, por si só, suficiente. Se a este desenvolvimento não estiver associada uma redistribuição da riqueza que permita uma efectiva melhoria das condições de vida da população, o trabalho infantil não desaparecerá. A luta contra o trabalho infantil deve ser uma prioridade nacional, uma luta de toda a sociedade, justamente porque se trata, em primeiro lugar, de uma questão de justiça social. Se desejamos construir uma sociedade mais justa e democrática, não podemos votar à exclusão social uma parte muito significativa dos nossos cidadãos, que são as crianças que hoje trabalham em empregos mal remunerados e que, em virtude de terem abandonado a escola precocemente, são incapazes de participar na vida em comunidade e de exercer os mais elementares direitos de cidadania. Trata-se ainda de cumprir um princípio constitucional fundamental nas sociedades modernas: a da igualdade formal dos cidadãos perante as leis. Não penalizando as empresas que utilizam trabalho infantil, o Estado está a permitir que alguns cidadãos e empresas se eximam ao pagamento de impostos, penalizando desta forma toda a sociedade e pratiquem concorrência desleal (o chamado "dumping social") destruindo as empresas que respeitam as leis do trabalho e as obrigações fiscais e desincentivando - o que considero ainda mais grave - a criação de empregos mais complexos e melhor remunerados.

Fernando Bessa Ribeiro

Professor de História-Educação Recorrente

DA FUGA À ESCOLARIDADE AO TRABALHO INFANTIL

O título desta reflexão não pretende que a sua concisão leve a considerar que se está em presença de um fenómeno de causa efeito.

A fuga à escolaridade não conduz necessariamente ao trabalho infantil, no contexto em que este é geralmente considerado. Mas é, de facto, uma das suas causas.

Em 1968, publiquei (1): numerosos pais, sobretudo neste país, não estão em condições de assegurar uma preparação adequada ao ensino primário; por outro lado, cada vez mais e em todos os países, a mãe trabalha fora do lar e não pode ocupar-se cuidadosamente dos seus filhos. Ainda que em teoria uma educação estritamente familiar seja preferível, sobretudo nesta idade, a uma educação na escola, os factos opõem-se-lhe e opor-se-lhe-ão sempre mais e mais. E estes factos são irreversíveis.

Vinte e seis anos volvidos, o mais alto responsável pela educação em Portugal permite-se dizer que a educação infantil não é uma prioridade educativa.

Acrescente-se que, aliada a esta carência, surgiu a matrícula mais precoce na escola, o que veio agravar o aproveitamento e, conseqüentemente, instigar ao abandono por natural desinteresse.

O mesmo aconteceria se a criança fosse arrastada na onda da emigração e, de um dia para o outro, se visse matriculada numa escola alemã frequentada por alemães.

Trata-se de uma caricatura, mas seria interessante quantificar quantas crianças não abandonam a escola por dificuldades de integração social e cultural.

E não estou a referir-me às chamadas crianças deficientes.

Há também as causas económicas, agindo, neste caso, a família como principal responsável pelo abandono. Sentiu-se este fenómeno de forma particularmente notória, quando se deu o alargamento da escolaridade obrigatória para seis anos.

É que, tal como hoje acontece, mas agora num Estado que se assume como democrático, a

escolaridade obrigatória continua a não ser gratuita. E as carências sociais e culturais têm cada vez um maior peso no carácter do indivíduo que deseja alcançar a cidadania a que tem direito. Com compatibilizar estas contradições que a prática política dos governos, ditos democráticos, tende a acentuar cada vez mais?

As sociedades desafortadamente competitivas são um monstro que destrói implacavelmente os mais débeis.

Elas criam todas as condições que conduzem à marginalização de sectores significativos da população (o nosso Vale do Ave é exemplo ao pé da porta), geram abcessos sociais incontroláveis (a droga e a prostituição com as suas sequelas de doenças endémicas), promovem a domesticação cultural e política através dos média e os seus dirigentes, hipocritamente, não se assumem como os únicos responsáveis por este mundo em que vivemos.

É neste quadro que temos de encontrar as justificações para o abandono escolar, para a exploração oficialmente consentida (por ser deliberadamente inoperante o controlo desta aberração) do trabalho infantil.

As causas profundas da situação, há decénios que estão diagnosticadas. Na sociedade aberta de que somos comparsas coniventes, uns mais, outros menos, os efeitos perversos vão acentuar-se com a decisão governamental de oficializar o analfabetismo como norma escolar. Agora passa a justificar-se o abandono escolar o mais precoce possível porque acaba por redundar em franca vantagem, se o tempo for aproveitado com uma integração adequada no mundo do trabalho (mesmo infantil).

Este o terrível paradoxo que tantos dos jovens têm de enfrentar, com a Europa a acenar-lhes ao longe, qual miragem!

(1) Engrenagens do Ensino Nova Realidade - 1968.

Dr. Joaquim António dos Santos Simões

A ESCOLA E A FUGA À ESCOLARIDADE

Tradicionalmente a fuga à escolaridade é uma resposta às necessidades familiares nomeadamente por carência económica e financeira. Mas também demonstra na sociedade meios em que ocorre, um problema social, normalmente em Portugal e nos meios sociais desfavorecidos, uma tradição cultural da resignação e por vezes na ideia feita que ascensão social se faz exclusivamente pelo próprio esforço, mesmo lutando contra características da sociedade actual da especialização dos conhecimentos e da formação profissional técnica exige uma maior formação escolar e mais longa a todos os níveis.

A formação social, académica e cultural fornecida pela escola; a maior atenção prestada ao acompanhamento dos alunos e sensibilização para os pais serem os importantes ajudantes na educação e formação que a escola fornece aos seus filhos, mostram como os problemas trazem de casa e do meio os preocupam e têm de ser tomadas em conta na educação escolar. Isso a fuga à escolaridade, o desinteresse dos pais no acompanhamento da vida escolar dos filhos, a vinda à escola muitas poucas vezes, não fornece ao Director de Turma e professores, os dados necessários dos problemas alimentares, pessoais e de saúde para a escola preocupada em resolver em conjunto com os pais o acompanhamento sistemático evita o desinteresse dos alunos e leva à reprovação, que a escola é culpada pelos pais, mas por falta de ajuda e de conhecimento que só os pais podem dar contribuem para a fuga à escolaridade e o trabalho infantil.

Um problema social e cultural como referi da sociedade, nomeadamente a indústria que sempre mais existe nos meios rurais e na periferia das cidades.

Se já era um problema quando a escolaridade era baixa (4.^a Classe), quando aumentou para o 6.^o ano pior e, agora com a escolaridade obrigatória até ao 9.^o ano pelas exigências cada vez maiores da sociedade industrial profissionalmente mais especializada e por outro lado da democracia, onde o desemprego aumenta (principalmente o dos que têm uma escolaridade baixa (4.^a Classe) e agora ciclo preparatório com obrigatoriedade até ao 9.^o ano) porque a falta de formação de escolaridade básica necessária para obter uma formação profissional exigente, e mesmo com os dinheiros da CEE a falta dela para ter oportunidades de curso de reconversão profissional quer porque não tiveram nenhuma, ou abandonaram a escola da escolaridade obrigatória e necessária para poder ter bases para a obterem.

Portugal sempre foi um país em que as coisas por imposição das leis, ou por punições de não resolve os problemas. Primeiro porque existem na sociedade devido às conc